Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLOA de 2013
Justiça Federal - Órgão[1]

Para as **Despesas de Pessoal e Encargos Sociais**[2] do **Órgão Justiça Federal**, está destinado R$ 5,970 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 – PLOA 2013, conforme abaixo[3].

Em 2012, o Orçamento Autorizado até o dia 22/09/2012, é de R$ 5,709 bilhões, ou seja, há um aumento na dotação de R$ 261,6 milhões, ou de 4,58%.

Projeto/Atividade	*PL 2013*	*AUTORIZADO 2012*	*Aumento R$*	*Aumento %*
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões	**18.393.749**	-	18.393.749	#DIV/0!
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo	**40.770.123**	-	40.770.123	#DIV/0!
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)	**2.444.997**	-	2.444.997	#DIV/0!
Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	**6.062.510**	-	6.062.510	#DIV/0!

[1] Órgão Justiça Federal, inclui os cinco Tribunais Regionais Federais e a Justiça Federal de 1º Grau.

[2] Posteriormente será enviado texto com a análise do Total do Orçamento do TRT e da JT, incluindo as outras despesas que constam do orçamento.

[3] Há um arquivo anexo a este texto, que traz mais informações a respeito, com tabelas, fonte de dados, metodologia, e gráficos.

A CLASSIFICAR	**-**	**6.799.850**	(6.799.850)	-100,00%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	**727.200.000**	**739.657.380**	(12.457.380)	-1,68%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	**779.606.941**	**785.481.369**	(5.874.428)	-0,75%
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo	**86.096.172**	**-**	86.096.172	#DIV/0!
Pagamento de Pessoal Ativo da União	**4.310.424.106**	**4.177.392.148**	133.031.958	3,18%
Total	**5.970.998.598**	**5.709.330.747**	**261.667.851**	**4,58%**

No entanto, nos valores Autorizados para 2012, assim como em outros anos, havia as Despesas com Sentenças Judiciais – SJ e com Exercícios Anteriores - DEA, que em princípio não constam dos montantes do PLOA 2013.

Assim, para uma comparação mais adequada, é necessário retirar dos valores de 2012, o que foi executado de SJ e DEA.

Desta forma o valor do orçamento de 2012 é de R$ 5,666 bilhões, havendo, portanto, aumento, de R$ 304,7 milhões ou de 5,38%.

Projeto/Atividade	***PL 2013***	***AUTORIZADO 2012***	***Aumento R$***	***Aumento %***
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões	**18.393.749**	**-**	18.393.749	#DIV/0!
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo	**40.770.123**	**-**	40.770.123	#DIV/0!
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)	**2.444.997**	**-**	2.444.997	#DIV/0!

Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	**6.062.510**	**-**	6.062.510	#DIV/0!
A CLASSIFICAR	**-**	**6.799.850**	(6.799.850)	-100,00%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	**727.200.000**	**717.534.669**	9.665.331	1,35%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	**779.606.941**	**784.283.896**	(4.676.955)	-0,60%
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo	**86.096.172**	**-**	86.096.172	#DIV/0!
Pagamento de Pessoal Ativo da União	**4.310.424.106**	**4.157.589.580**	152.834.526	3,68%
Total	**5.970.998.598**	**5.666.207.995**	**304.790.603**	**5,38%**

Embora seja muito difícil de ocorrer, em tese, esses valores poderão ter mudança, pois o PLOA 2013 terá que ser aprovado pelo Congresso Nacional e voltar para sanção do Poder Executivo.

Também os valores Autorizados de 2012, poderão ainda durante o exercício ter créditos ou cancelamentos de dotação, ou mesmo pagamento de mais valores de SJ e DEA, o que fará aumentar a proporção de um ano para o outro.

Há no anexo V do orçamento uma dotação de R$ 1.097.662.553, para a revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Judiciário Federal - PJF.

Esse montante é relativo ao "acordo" que teriam chegado o STF com o Poder Executivo, para o pagamento de 1ª parcela do PL 4363-2012.

Tal valor ainda **não** está incluído no orçamento do Poder Judiciário Federal, porém está "reservado" no PLOA 2013.

Também no mesmo Anexo V, do PLOA 2013, a título de "*CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, EXCETO REPOSIÇÕES*" há um montante de R$ 94.519.953, que em princípio não estão incluídos nas dotações, mas que da mesma forma está "reservado".

Durante o transcorrer da execução orçamentária em 2013, serão realizadas estimativas sobre as possibilidades de sobras orçamentárias nas despesas de pessoal e nas outras rubricas.

Mas já é possível adiantar que em nível nacional, a Justiça Federal – JF teve um aumento significativo no orçamento para as despesas de pessoal e encargos.

Em 2010 foram criados três novos Projetos/Atividade, abaixo discriminados, fruto de um acordo entre o Poder Judiciário e Executivo, de parcelamento dos passivos em 4 anos:

*1-"Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - **Aposentadorias e Pensões**".*

*2- "Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - **Pessoal Ativo**".*

*3- "**Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)"*

No PLOA 2013, para o pagamento de passivos aos inativos e pensionistas foi destinado R$ 18,3 milhões, montante maior que os R$ 15,7 milhões do PLOA de 2012.

Para os retroativos do pessoal ativo, o orçamento é de R$ 40,7 milhões. No PLOA de 2012, estava previsto R$ 34,9 milhões.

E, há mais R$ 2,444 milhões para a Contribuição à Previdência, decorrentes do pagamento desses passivos. No PL de 2012 o montante era de R$ R$ 6,322 milhões.

No PLOA 2013, no total para o pagamento de passivos das há uma de dotação de R$ 61,0 milhões, valor superior do que os R$ 57,0 milhões previstos no PLOA de 2012.

Como sempre, além desses montantes, previamente destinados para o pagamento de dívidas, existe também "margem" nos orçamentos anuais.

Ou seja, poderá ocorrer pagamento de passivos em valores maiores do que o previsto no PLOA de 2013 como vem ocorrendo nos últimos, mesmo depois da criação da rubrica própria para o pagamento dos passivos.

Mesmo se em alguma Unidade Orçamentária – U.O. que compõe a JF não haja saldo orçamentário, a partir de remanejamento de outra U.O., pode ser alterada essa situação, como, aliás em todos anos é feito.

Assim como na Justiça Eleitoral e Trabalhista, a partir do que foi exposto, o quadro orçamentário em 2013 é MUITO FAVORÁVEL na Justiça Federal para o pagamento de passivos, em proporção ainda maior do que em 2012.

Também como de praxe, a maior parte do que é pago relativo aos passivos é destinado aos magistrados, restando aos servidores, cada vez mais uma proporção menor do orçamento para esse fim.

Dessa forma é importante a mobilização dos servidores, dos Sindicatos e da Fenajufe, no sentido de se alcançar uma maior equidade no pagamento das diferenças devidas à categoria judiciária.

São Paulo, 22 de outubro de 2012.

Washington Luiz Moura Lima
Coordenador do Departamento Econômico
Do Sintrajud/SP